



“Os advogados são uma espécie de médicos dos clientes”

Luís Pais Antunes é ‘managing partner’ da PLMJ. Elogia a qualidade da advocacia portuguesa e defende que a Sociedade não vai “adormecer à sombra dos louros conquistados”.

Por António Sarmento | fotografias de Paula Nunes

A

marca PLMJ foi considerada a mais reconhecida no mercado jurídico português, de acordo com um estudo levado a cabo pela publicação especializada Iberian Lawyer, que elaborou um ‘ranking’ das 10 marcas com maior notoriedade no mercado da advocacia em Portugal e em Espanha.

É ‘managing partner’ da PLMJ desde Julho de 2015. Tem atingido os objectivos a que se propôs?

Gostava de ver a PLMJ com maior afirmação no plano internacional e maior foco na prestação do serviço ao cliente. Temos uma marca com grande visibilidade. Aliás, muito recentemente eleita como a marca jurídica com mais visibilidade em Portugal. O que significa que, desse ponto de vista, a herança é boa. Mas temos desafios permanentes e, portanto, a minha

preocupação é mais com o médio-prazo do que com o curto-prazo. Claro que temos o foco nos problemas que resolvemos todos os dias, ter mais inovação, ter mais capacidade de reacção, nunca adormecer à sombra dos louros que temos conquistado. Mas estou mais focado no futuro, naquilo que importa às pessoas que trabalham aqui e aos clientes que a nós recorrem.

Como analisa o mercado da advocacia para os próximos anos?

O mercado da advocacia é muito dependente da evolução daquilo que nos rodeia, dos desafios que Portugal tem como País. É um mercado altamente competitivo e isso é bom. Temos um mercado da advocacia em Portugal, sobretudo ao nível das grandes sociedades, de muito boa qualidade. O que antecipo que se vai passar nos próximos anos é o que se tem passado nos mais recentes: muita pressão, capacidade de resolver problemas urgentes e de satisfazer as necessidades de clientes ansiosos.

Ansiosos com o estado do País?

Ansiosos com o estado do País, com os seus investimentos, com a protecção da sua presença no mercado. Os advogados são uma espécie de médicos das preocupações e dos anseios dos seus clientes.

Neste momento, como é que os clientes estão a reagir à situação económica de Portugal?

Não há um cliente-tipo. Cada cliente tem as suas preocupações, dificuldades e angústias. Diria que os investidores internacionais estão preocupados com os sinais recentes, que são públicos e notórios. As pessoas estão a esquecer-se de que a crise não começou há quatro anos. A crise começou há bastante mais tempo.

“**Há uma meia dúzia de sociedades de advogados em Portugal que ombreiam com as grandes sociedades internacionais**”

As preferencias do advogado

Um livro - Os Detectives Selvagens (Roberto Bolaño)

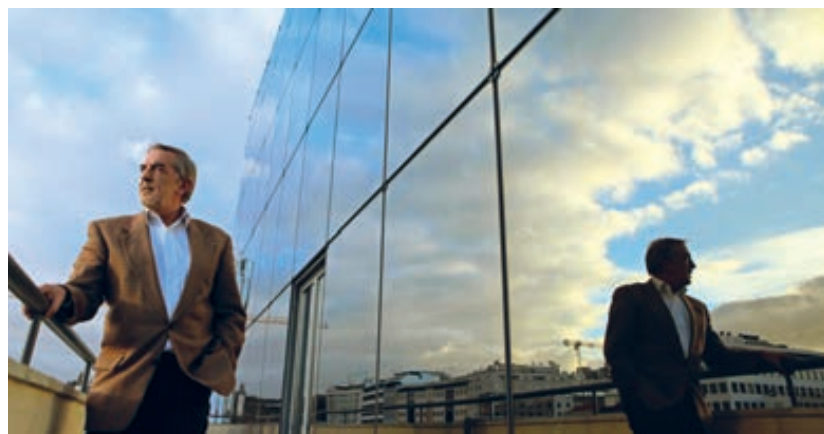
Uma série de TV - House of Cards (com grande expectativa sobre a nova temporada)

Uma música - Round Midnight (Thelonious Monk)

Um filme - The Revenant (por ser o mais recente dos grandes filmes)

Um prato/uma gastronomia - hoje o que me apetecia mesmo era um bife à Marrare...

Um Presidente da República Portuguesa - Marcelo Rebelo de Sousa





Exposição da Fundação PLMJ

A Fundação PLMJ apresenta a exposição “Materiais Transitórios – Núcleo de Escultura da Coleção da Fundação PLMJ” na Sociedade Nacional de Belas Artes (SNBA) até ao dia 23 de Março de 2016. A exposição dá continuidade à partilha da coleção desta instituição com o público, bem como às parcerias estabelecidas com instituições de significativa presença no panorama artístico nacional, como a SNBA. A exposição, com curadoria da responsabilidade de João Silvério, apresenta uma seleção de obras com uma forte componente escultórica, por artistas da Lusofonia (Portugal e Moçambique) pertencentes ao acervo da coleção, contribuindo assim para uma reflexão sobre a produção artística das últimas décadas, e inclui ainda aquisições recentes de obras de alguns dos artistas expostos.

Atualmente existe alguma incerteza sobre o que se vai passar, portanto, as angústias aumentaram.

Os vossos principais clientes são de que geografias?

São nacionais, mas temos um peso internacional significativo. Um quarto do nosso volume de negócios é gerado por clientes internacionais. Também representamos os interesses de muitos clientes não nacionais, sobretudo americanos, escandinavos ou suíços. Fechámos muito bem o ano de 2015 – tivemos um crescimento de dois dígitos (superior a 10% de facturação e recebimentos), o que, nos tempos que correm, é muito significativo. Temos uma equipa que ultrapassa em muito as 300 pessoas. A equipa está em grande progressão.

Tem experiência política. Como analisa este novo governo?

Não estou particularmente optimista. A situação é difícil. Uma das grandes vantagens dos escritórios de advogados é não fazermos política. Tenho, de facto, alguma experiência política, passei alguns anos no governo e no Parlamento mas agora não faço política, nem exerço actividades políticas. O meu trabalho como advogado não é andar a fazer política. Dito isto, somos sensíveis à evolução da situação. Aquilo que se passou em Portugal nos últimos meses é fonte de instabilidade, algumas decisões boas ou menos boas têm um impacto nas condições de vida das pessoas e das empresas. Quando digo que não estou particularmente optimista refiro-me em particular à estabilidade política. Os resultados das legislativas foram instáveis. A incerteza é superior à certeza.

Há pouco falou-me do prémio da PLMJ, atribuído pela ‘Iberian Lawyer’. É um reconhecimento esperado?

Mais do que esperado era certamente desejado. Temos consciência de que a nossa marca é muito forte. Temos sempre uma opinião sobre nós próprios e ficamos mais confortados quando a opinião que temos é partilhada por terceiros. Mas sabemos ler esses dados, quer nos casos em que somos premiados, quer naqueles em que ficamos à porta. Fazemos uma leitura sempre muito cuidadosa. Nem embandeiramos em arco, nem somos derrotistas quando as coisas não correm tão bem. Portugal é um pequeno país, um pequeno mercado, que tem muita qualidade em algumas áreas: a advocacia é uma delas. Temos um nível de prestação de serviços jurídicos que é muito elevado, muito competitivo. Há meia dúzia de sociedades de advogados em Portugal que ombreiam com as grandes sociedades internacionais. Devemos ter orgulho em ter conseguido desenvolver uma prestação de serviços jurídicos de grande qualidade.

São bem-vindas essas sociedades internacionais de que falou?

São sempre bem-vindas. Sou um grande defensor da concorrência. Nós só temos a ganhar com o facto de jogar com os bons.

Como vê as cisões que acontecem nas sociedades de advocacia?

É normal, faz parte da vida. Na família também há familiares desavindos. As pessoas às vezes têm outros projectos, querem fazer coisas diferentes. Às vezes as coisas correm bem, como foi a saída recente de um ex-sócio nosso, o Jorge Brito Pereira, um advogado importantíssimo desta casa. Outras vezes correm menos bem. São crises de crescimento e que são próprias de qualquer organização.



“Atravessei a Europa pendurado em camionetas”

Quería ser bispo mas optou pelo Direito, influenciado pelo advogado da série televisiva Perry Mason. Na adolescência percorreu a Europa na apanha do tomate e nas vindimas.

Por António Sarmento | fotografias de Paula Nunes

Um dos casos que mais o marcaram, ainda nos primeiros anos de carreira, foi ter sido advogado de um pirómano. Depois de muitos julgamentos, Luís Pais Antunes sentiu-se “completamente traído.”

Por que razão decidiu ser advogado?

Decidi ser advogado porque queria ser diferente do que tinha em casa. Em minha casa toda a gente era do lado das Ciências e pensei que tinha de ir para outro lado. Não escondo que fiquei marcado na minha infância e adolescência por uma série televisiva que se chamava Perry Mason e que exerceu em mim alguma atracção. Mas antes de querer ser advogado queria ser bispo. Ser advogado já veio na adolescência, no liceu, aos 14 anos. Tinha consciência de que era isso que queria fazer. É talvez o ramo do conhecimento que permite jogar com mais coisas, além de servir a Justiça e os direitos de cada um.

Há algum caso que o tenha marcado?

Marcaram-me imensos casos. Não são casos de grande repercussão pública. Pessoalmente aquilo que me marcou são pequenos casos. Vivi e trabalhei muitos anos fora de Portugal e fiz um interregno largo no exercício da advocacia por causa de um caso que teve uma enorme repercussão pessoal, o que me levou a que-

Currículo profissional

- Sócio de PLMJ desde 1999
- Membro do serviço jurídico da Comissão Europeia, 1989
- Assessor do Presidente do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias, 1994
- Director Geral da Concorrência e Preços, 1996
- Conselheiro no Conselho Económico e Social, 1996
- Membro do comité de direito e política da concorrência da OCDE, 1996
- Presidente da comissão permanente de avaliação e acompanhamento do Código das Boas Práticas Comerciais, 1997-2002 e 2009-2011
- Secretário de Estado do Trabalho no XV Governo Constitucional, 2004
- Secretário de Estado Adjunto e

“**Ir trabalhar um mês a descarregar caixotes numa estação de caminhos-de-ferro era salário de ministro em Portugal**

Fiz um interregno largo no exercício da advocacia por causa de um caso que teve uma enorme repercussão pessoal

- do Trabalho (Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho no XVI Governo Constitucional, 2005
- Deputado à Assembleia da República e Vice-Presidente da respectiva Comissão de Assuntos Europeus, 2005-2009
- Integrou, na qualidade de Árbitro Presidente, o Colégio Arbitral em sede da arbitragem obrigatória e da arbitragem necessária previstas no Código do Trabalho, desde Outubro de 2009
- Integrou a lista de árbitros do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa
- Integrou o editorial review board da Oxford Competition Law
- Integrou a Lista de Árbitros do Tribunal Arbitral do Desporto

rer afastar por algum tempo. Na altura até pensava que sairia definitivamente do mundo da advocacia. Estive mais de 10 anos afastado da advocacia propriamente dita, não do mundo do Direito.

O que aconteceu?

Fui advogado de um pirómano que tinha sido acusado de atear uma série de fogos. Acabou por ser absolvido de todas as acusações. Os álibis eram fortíssimos, foi um processo que durou meses ou anos. Lembro-me que o último julgamento foi em Penacova e estava relacionado com um incêndio na serra da Louçã. E mais uma vez foi absolvido. À saída do Tribunal, ele, que sempre confessou a sua inocência – tinha boas provas e testemunhas – pôs-me a mão em cima do ombro e disse-me: ‘Ó doutor, bem os enganámos!’ E isso foi um caso que me marcou. Aliás, nesse dia até fui para casa a chorar porque me senti completamente traído.

Como foi a saída de Portugal?

Trabalhei bastante tempo em Bruxelas logo após a adesão de Portugal. Depois também estive cinco anos no Tribunal Europeu. Entre 1983 e 1995, não trabalhei no País. Penso que sair é sempre positivo. Ter uma experiência internacional é muito positivo. Senti essa necessidade. Já nos anos 70 tinha passado algum tempo fora. Desde os meus 14 anos que atravessava a Europa toda pendurado em camionetas e isso hoje em dia não se faz.

Trabalhava nas férias?

Sim, tinha uns 15 ou 16 anos. Ia descarregar caixotes aqui e acolá. Na altura, para os níveis de remuneração que existiam em Portugal, ir trabalhar um mês a descarregar caixotes numa estação de caminhos-de-ferro ou andar a apanhar tomate ou nas vindimas era salário de ministro em Portugal. Encontrei portugueses a fazer a mesma coisa do que eu nos sítios mais recônditos do mundo. Andava-se por todo o lado, no Norte da Noruega, era assim que se fazia. Saía daqui em Junho ou Julho e voltava em Setembro.

Deslocava-se como?

À boleia. Não havia dinheiro para andar de avião.

Mas nasceu numa família abastada...

Não posso queixar-me. A minha família era relativamente abastada, sem ser rica. O meu pai era professor na Universidade e a minha mãe cuidava dos filhos. Era mãe a ‘full time’. Vivi muito por dentro a crise de 1969 em Coimbra. Vivia muito perto da Universidade e toda aquela zona foi cercada pelos cavalos e tanques. Havia muitas limitações à circulação na



altura. Aliás, a minha geração é uma geração muito politizada.

Quando se realizou a Revolução do 25 de Abril estava em Portugal?

Já havia uma grande tensão desde o golpe das Caldas. Havia a ideia de que, em breve, aconteceria alguma coisa de muito marcante. Não foi propriamente uma surpresa para quem vivia num meio mais politizado e estudantil. O meu avô tinha um café na praça da República, em Coimbra, local de discussões políticas e revolucionárias. Conheço muitos agentes das lutas estudantis desde essa altura.

Como foram os seus primeiros tempos na advocacia?

Não havia sociedades de advogados. Fiz um estágio num escritório em Coimbra e depois trabalhei durante alguns anos nesse mesmo escritório. Era uma advocacia completamente diferente daquela que se faz hoje. Era muito generalista. Questões de arrendamento, divórcios, crimes... fiz de tudo um pouco. De-



pois fui para o serviço jurídico da Comissão Europeia. Aliás, fui o primeiro português a ir para lá. Concorri ainda antes da adesão, eram cinco ou seis mil concorrentes. Começámos a fazer provas algures em 1984. Fiquei em Bruxelas quatro anos e depois é que me mudei de armas e bagagens para o Tribunal Europeu.

Até que regressou a Portugal...

Não era suposto regressar. Tenho cinco filhos e as crianças mais velhas estavam a começar a crescer. E chega aquela altura em que é preciso tomar uma decisão do regresso ou não regresso. Estava preparado para ir para os Estados Unidos, mas houve um conjunto de circunstâncias que me levaram a vir para director-geral da Concorrência no Ministério da Economia. A minha ideia era estar cá um ou dois anos, entretanto já passaram 20. Foi um período conturbado. Apanhei o fim do último governo de Cavaco Silva e o princípio do governo de António Guterres.

“

Política? Gostei muito no primeiro ano, gostei menos no segundo e no terceiro já acendia umas velinhas para ver se aquilo acabava

Ainda fiquei mais um ano e tal como director-geral e depois, em Maio de 1997, vim para a Sociedade.

E como se deu a sua reentrada na política? Tive uma actividade política bastante intensa, naquele período de 1973 a 1976. Depois estive completamente fora dessas andanças. E depois reentrei em 2002 e fui para o Governo.

Gostou da experiência?

Gostei muito no primeiro ano. Gostei menos no segundo e no terceiro já acendia umas velinhas para ver se aquilo acabava. Considero a política uma coisa muito interessante e uma causa nobre que nem sempre é bem-feita – umas vezes por culpa das pessoas, outras vezes das circunstâncias. Às vezes é muito pouco profissional. Há quem exerça a política a título principal, fazendo daquilo uma coisa diferente do que devia ser feito.

Ainda dá aulas?

Sim, na Católica do Porto. Este ano deixei de

dar aulas regulares na Faculdade de Direito em Coimbra, mas vou continuar de forma muito episódica a dar aulas num curso de especialização de Estudos Europeus, onde ajudo a dar a cadeira do Direito da Concorrência.

Participa no 'Rock 'n' Law'?

Sempre. E tenho outros projectos musicais. Sou pianista. Dediquei-me à música durante muito tempo na juventude. Gosto de clássica, 'rap', 'jazz', desde que seja música boa. Temos uma banda no escritório e sou de certa forma o responsável. Mas tenho uns projectos paralelos. Quando penso que disponho de tempo ponho-me a ter aulas de composição, sempre gostei muito de estudar música. Tenho vários pianos em casa e no escritório. Um deles é um piano acústico antigo que foi completamente restaurado no Japão e no qual vou instalar um sistema silencioso. Dificilmente consigo ter outras horas para tocar que não sejam entre as 11 e a meia-noite. Com vizinhos por perto, se me puser a tocar vão reagir mal.



4

Paula Nunes



No final da entrevista, o advogado Luís Pais Antunes olha para o relógio e revela uma das grandes paixões. “Tenho um piano novo. Daqui a meia-hora deve estar a ser instalado em minha casa. É acústico, antigo, e foi completamente restaurado no Japão”. A profissão, a carreira na política e as aventuras na juventude (andar à boleira pela Europa) são outros temas abordados pelo ‘managing partner’ da PLMJ **4**



05-02-2016 | E+ Fim-de-Semana

Economico

Um pianista na advocacia de topo

Luís Pais Antunes é 'managing partner' da PLMJ. Foi influenciado pela personagem Perry Mason e a vontade de conhecer mundo sempre lhe esteve no sangue. Na juventude percorreu muitos países, à boleia, para andar nas vindimas. Adora tocar piano em casa e na banda da Sociedade.





05-02-2016 | E+ Fim-de-Semana

**LUÍS PAIS
ANTUNES**

O PIANISTA
DA PLMJ

E+
Fim-de-Semana

